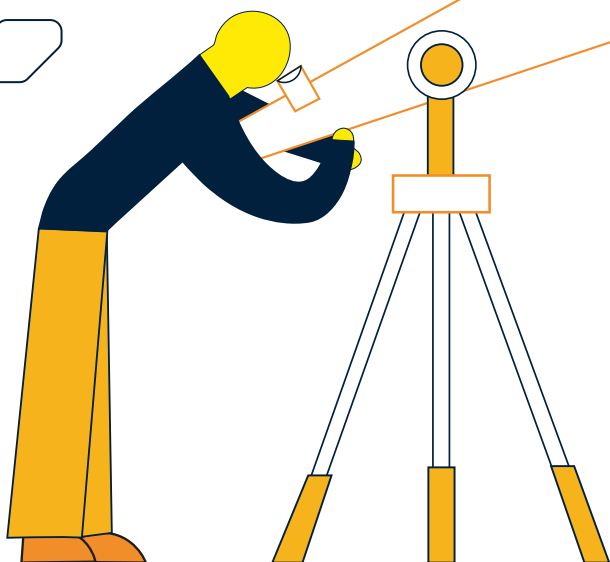
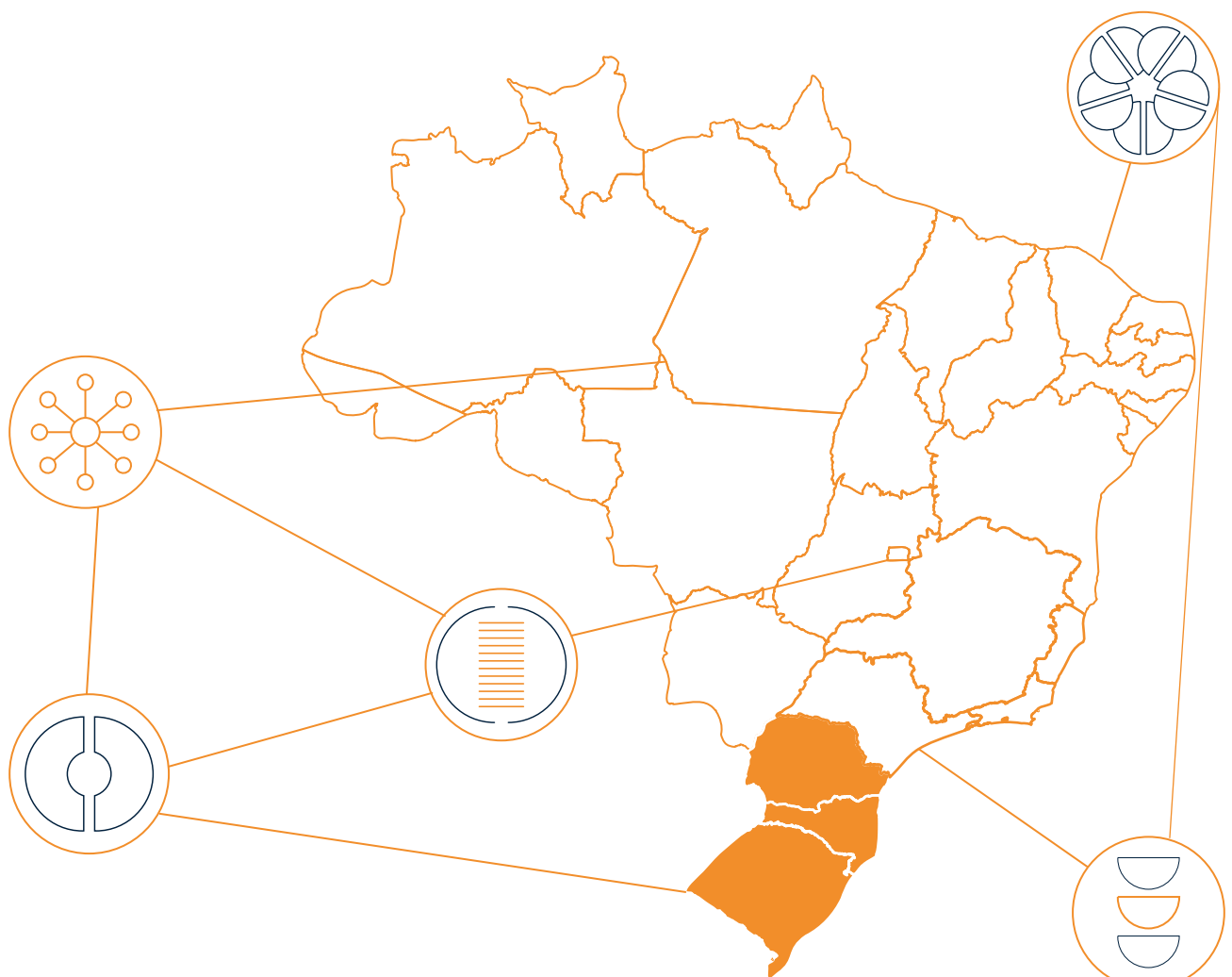


Região Sul

IFPR
PUC-RS
UNISINOS



InovaMar: Escritório de Projetos para Inovação e Sustentabilidade no Litoral do Paraná

O InovaMar aproxima a universidade das demandas reais do território, contribuindo para ampliar capacidades locais, fortalecer redes colaborativas e estimular uma cultura de planejamento e sustentabilidade orientada ao impacto.

1. Identificação do Case

Instituição: Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Paranaguá

Território / Região: Litoral do Paraná (Paranaguá, Antonina e municípios do entorno)

Tipo de Extensão: Integrada (comunitária + tecnológica)

Coordenação: Prof. Leandro Angelo Pereira e Profa. Flávia Regina de Oliveira Tavares

Período de execução: Projeto em execução (iniciado em 2025)

Principais atores envolvidos: Docentes e estudantes do IFPR; Incubadora de Negócios de Impacto do IFPR; organizações do terceiro setor; empreendedores sociais; instituições de ensino; empresas; órgãos públicos locais e regionais.

ODS atendidas: 8, 9, 11

2. Desafio Territorial que Originou a Ação

O InovaMar tem origem em desafios estruturais do litoral do Paraná, um território de elevada relevância socioambiental, marcado por ecossistemas sensíveis e, simultaneamente, por fortes pressões econômicas associadas às atividades portuárias e logísticas. Apesar da ampliação recente de oportunidades de financiamento voltadas à mitigação de impactos e ao fortalecimento comunitário, como aquelas decorrentes de acordos e programas de fomento socioambiental, o território enfrenta baixa capacidade institucional para elaboração, gestão e submissão de projetos competitivos.

A demanda que originou a iniciativa emerge do próprio território, a partir do diálogo com organizações do terceiro setor, empreendedores sociais, instituições públicas e atores locais que relataram dificuldades recorrentes no acesso a editais, na tradução de boas ideias em propostas estruturadas e no acompanhamento técnico-administrativo dos projetos. Essas limitações reduziam o aproveitamento de recursos disponíveis e fragilizavam a sustentabilidade das iniciativas locais.

Diante desse contexto, o InovaMar foi concebido como uma ação extensionista voltada ao fortalecimento das capacidades locais de planejamento, captação de recursos e gestão de projetos, articulando o conhecimento técnico da universidade às demandas concretas do território. O desafio central, portanto, não era apenas captar recursos, mas qualificar institucionalmente os atores locais, ampliando sua autonomia e sua capacidade de atuação em agendas de inovação e sustentabilidade no litoral paranaense.

3. Articulação com a Comunidade e o Território

A articulação territorial do InovaMar foi construída a partir da escuta direta de organizações do terceiro setor, empreendedores sociais, instituições públicas e atores locais do litoral paranaense, que relataram dificuldades recorrentes no acesso a editais, na estruturação de propostas e na gestão de projetos. Esse diálogo inicial orientou a definição do escopo do Escritório de Projetos e das frentes de atuação priorizadas.

A participação da comunidade ocorre de forma continuada, especialmente na identificação de oportunidades de fomento, na definição das demandas a serem atendidas e no acompanhamento técnico das propostas, garantindo que o apoio oferecido responda a necessidades concretas do território. As instituições assessoradas atuam como co-produtoras das iniciativas, contribuindo com informações, experiências e ajustes ao longo do processo.

As parcerias foram estruturadas em uma lógica de rede, envolvendo o IFPR, a Incubadora de Negócios de Impacto, organizações locais, empreendedores, empresas e órgãos públicos. Essa articulação fortalece a governança territorial, amplia a capacidade institucional dos atores envolvidos e favorece a construção de projetos colaborativos alinhados às agendas de inovação e sustentabilidade no litoral do Paraná.

4. Estratégia de Implementação

A estratégia de implementação do InovaMar foi estruturada para articular fortalecimento institucional, formação prática e apoio técnico ao território, operando como um Escritório de Projetos vinculado ao IFPR – Campus Paranaguá e à Incubadora de Negócios de Impacto. A atuação parte do mapeamento contínuo de oportunidades de fomento alinhadas às agendas socioambientais, inovação e desenvolvimento territorial, seguido do engajamento de atores locais com potencial de submissão de propostas.

O Escritório oferece orientação técnica individualizada para a elaboração e submissão de projetos, acompanhando desde a organização das ideias até o atendimento às exigências dos editais e o pós-submissão. Esse processo é realizado de forma colaborativa, envolvendo instituições do terceiro setor, empreendedores sociais, órgãos públicos e parceiros locais, o que favorece a construção de propostas conjuntas e o fortalecimento das redes territoriais.

A implementação também incorpora mentoria e acompanhamento formativo de estudantes, que atuam em atividades de prospecção de editais, análise de requisitos, apoio à escrita de projetos e monitoramento de indicadores. Essa inserção prática contribui para a formação aplicada e para a integração entre extensão, pesquisa e ensino.

Por fim, o InovaMar adota práticas de avaliação e ajuste contínuo, por meio do monitoramento das propostas assessoradas, da sistematização de indicadores e da produção de relatórios técnico-administrativos. Todas as ações são orientadas por princípios de ética, responsabilidade territorial e não extrativismo, buscando ampliar a autonomia dos atores locais e a sustentabilidade das iniciativas apoiadas no litoral do Paraná.

5. Aprendizagens Formativas

No InovaMar, as aprendizagens formativas estão associadas à vivência prática dos estudantes em atividades de extensão voltadas ao fortalecimento institucional e à gestão de projetos, em diálogo direto com organizações do terceiro setor, empreendedores sociais e instituições públicas do litoral paranaense. A atuação como Escritório de Projetos possibilita a integração entre conhecimentos técnicos, leitura de editais, organização administrativa e compreensão das dinâmicas territoriais.

A participação nas atividades de prospecção, elaboração e acompanhamento de projetos contribui para ampliar a compreensão dos estudantes sobre os desafios reais enfrentados por organizações locais, especialmente no acesso a recursos, na estruturação de propostas e na sustentabilidade das iniciativas. O caso indica que a formação extensionista ocorre de forma aplicada, articulando teoria, prática e responsabilidade territorial.

6. Evidências de Impacto Percebido

- Fortalecimento da capacidade institucional de organizações locais, a partir do apoio técnico à elaboração, submissão e gestão de projetos, ampliando o acesso a editais e oportunidades de fomento no litoral do Paraná.
- Ampliação e qualificação das redes territoriais, por meio da articulação entre IFPR, Incubadora de Negócios de Impacto, organizações do terceiro setor, empreendedores sociais, empresas e órgãos públicos, favorecendo a cooperação interinstitucional.
- Apropriação de práticas de planejamento e gestão de projetos pelas instituições assessoradas, indicando permanência das metodologias trabalhadas para além do acompanhamento direto do Escritório de Projetos.
- Impacto organizacional e simbólico, ao posicionar a extensão universitária como estratégia de apoio estruturante ao desenvolvimento territorial, fortalecendo o papel do IFPR como ator relevante na agenda de inovação e sustentabilidade do litoral paranaense.

7. Limites e Desafios da Experiência

- Complexidade institucional e diversidade de atores atendidos, o que exige esforços contínuos de articulação, alinhamento de expectativas e adequação do apoio técnico às diferentes realidades organizacionais do território.
- Limitações de recursos humanos e de tempo, tanto da equipe extensionista quanto das organizações assessoradas, impactando o ritmo de elaboração, submissão e acompanhamento dos projetos.
- Dependência de calendários e critérios externos de editais, que impõem prazos, formatos e exigências nem sempre compatíveis com a maturidade institucional dos atores locais.
- Desafios na sistematização e mensuração de impactos, especialmente no acompanhamento de resultados de médio e longo prazo das iniciativas apoiadas, demandando aprimoramento contínuo dos instrumentos de avaliação.

8. Lições Aprendidas

- O fortalecimento institucional de organizações territoriais exige apoio continuado e contextualizado, mais do que ações pontuais de capacitação ou assessoria técnica.
- A atuação da extensão universitária como Escritório de Projetos amplia a capacidade de acesso a recursos e contribui para a sustentabilidade de iniciativas locais quando articulada às demandas reais do território.

- A construção de redes colaborativas entre universidade, organizações sociais, setor público e empreendedores potencializa resultados e favorece soluções mais integradas e duradouras.
- A inserção de estudantes em processos reais de planejamento e gestão de projetos qualifica a formação acadêmica e fortalece a compreensão da extensão como prática estratégica de impacto territorial.
- A avaliação de impacto em ações extensionistas desse tipo requer abordagens processuais, capazes de capturar efeitos institucionais e organizacionais ao longo do tempo.

Smart Harpia: Tecnologia, Educação e Clima como Extensão Transformadora no Litoral do Paraná – IFPR Campus Paranaguá

O Smart Harpia é uma experiência de extensão universitária desenvolvida no litoral do Paraná que articula tecnologia, educação climática e atuação territorial. O caso ilustra como a extensão pode integrar ciência, território e justiça climática em processos formativos orientados ao impacto socioambiental.

1. Identificação do Case

Instituição: Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Paranaguá

Território / Região: Litoral do Paraná

Tipo de Extensão: Tecnológica de Impacto

Coordenação: Prof. Leandro Angelo Pereira

Período de execução: Projeto em desenvolvimento (ação contínua)

Principais atores envolvidos: Docentes e estudantes do IFPR; escolas públicas; comunidades do litoral paranaense; órgãos ambientais e defesas civis; parceiros institucionais e do ecossistema de inovação (Fundação Grupo Boticário, Sebrae, SRI Litoral, universidades e atores públicos e privados do território)

ODS atendidas: 4, 9, 11, 13

2. Desafio Territorial que Originou a Ação

O Smart Harpia emerge a partir do reconhecimento de que o litoral do Paraná enfrenta desafios socioambientais complexos, intensificados pelas mudanças climáticas, como eventos extremos, fragilidades na gestão ambiental e desigualdades no acesso a tecnologias de monitoramento, prevenção e educação climática. Trata-se de um território marcado por elevada sensibilidade ambiental, presença de comunidades vulneráveis, atividades portuárias e pressões sobre ecossistemas costeiros.

A demanda que deu origem a iniciativa nasce do território, a partir da escuta de escolas públicas, órgãos ambientais, defesas civis e comunidades locais, que identificaram a necessidade de compreender, monitorar e responder de forma mais autônoma a fenômenos climáticos e ambientais. Esses atores apontaram limitações no acesso a dados, ferramentas tecnológicas acessíveis e processos formativos que articulassem ciência, educação e realidade local.

Diante desse contexto, o Smart Harpia foi concebido como uma ação extensionista voltada à formação de competências tecnológicas e científicas aplicadas ao território, buscando democratizar o acesso à tecnologia, fortalecer a educação climática e apoiar a construção de soluções abertas e apropriáveis pelas próprias comunidades. O desafio central, portanto, não era apenas tecnológico, mas territorial e educativo: ampliar a capacidade local de leitura, gestão e enfrentamento dos riscos socioambientais associados à crise climática.

3. Articulação com a Comunidade e o Território

A articulação territorial do Smart Harpia teve início a partir de processos de escuta e aproximação com escolas públicas, órgãos ambientais, defesas civis e comunidades do litoral paranaense, nos quais foram identificados, de forma dialogada, desafios relacionados à gestão ambiental, à educação climática e ao acesso a tecnologias apropriadas ao contexto local.

A comunidade participou das decisões ao longo do processo, contribuindo para a definição dos temas trabalhados, dos problemas a serem enfrentados e das aplicações práticas dos protótipos desenvolvidos, especialmente em ambientes escolares, espaços públicos e ações educativas. Essa participação orientou a construção de soluções voltadas às demandas reais do território, evitando abordagens descoladas da realidade local.

As parcerias foram estruturadas em uma lógica de rede e ecossistema, envolvendo instituições públicas, organizações socioambientais, universidades, empresas e iniciativas do Sistema Regional de Inovação do Litoral. Essa articulação ampliou a capacidade de atuação do projeto, fortaleceu a governança territorial e possibilitou que as soluções desenvolvidas fossem compartilhadas, testadas e apropriadas por diferentes atores do território.

4. Estratégia de Implementação

A estratégia de implementação do Smart Harpia está fundamentada na articulação territorial contínua, construída a partir do diálogo com escolas públicas, comunidades locais, órgãos ambientais, defesas civis e parceiros institucionais do litoral paranaense. Essa articulação orienta a definição dos desafios trabalhados e garante que as ações extensionistas estejam conectadas às demandas concretas do território, fortalecendo a atuação em rede e a governança colaborativa.

O projeto adota uma abordagem formativa baseada no aprender fazendo, na qual estudantes são acompanhados por docentes ao longo do desenvolvimento de protótipos, atividades educativas e ações territoriais. Esse processo de mentoria e acompanhamento formativo integra conhecimentos científicos, práticas tecnológicas e reflexão crítica, contribuindo para a formação de competências técnicas, cidadãos e socioambientais.

A implementação também incorpora práticas de avaliação e acompanhamento de impacto, considerando os efeitos formativos, a aplicabilidade das soluções desenvolvidas, sua capacidade de adaptação a diferentes contextos e o retorno dos atores territoriais envolvidos. Esse acompanhamento permite ajustes ao longo do percurso, reforçando o caráter processual e dialógico da extensão.

Todas as ações são orientadas por princípios de ética, responsabilidade territorial e não extrativismo, entendendo que a tecnologia só se justifica quando está a serviço da vida, do bem comum e da justiça climática. As soluções desenvolvidas são concebidas como abertas, compartilháveis e apropriáveis pelas comunidades, evitando a imposição de modelos externos e fortalecendo a autonomia territorial.

5. Aprendizagens Formativas

No Smart Harpia, as aprendizagens formativas estão associadas à vivência prática dos estudantes em atividades de extensão tecnológica articuladas ao território, especialmente por meio do desenvolvimento de protótipos, da participação em ações educativas e da interação com escolas, comunidades e instituições públicas do litoral paranaense. O projeto evidencia a extensão como espaço de aprendizagem baseado na prática, no qual ciência, tecnologia e realidade territorial se articulam.

A atuação em contextos reais de vulnerabilidade socioambiental contribuiu para ampliar a compreensão dos estudantes sobre a complexidade dos desafios climáticos e ambientais, bem como sobre a necessidade de que as soluções tecnológicas sejam socialmente responsáveis, acessíveis e apropriadas pelos atores locais. O caso indica que a formação extensionista ocorre de maneira integrada, combinando conhecimentos técnicos, sensibilidade territorial e trabalho colaborativo.

6. Evidências de Impacto Percebido

- Fortalecimento da educação climática no litoral paranaense, por meio de atividades desenvolvidas com escolas e professores, ampliando o debate sobre mudanças climáticas e gestão ambiental e aproximando o conhecimento científico do cotidiano escolar e comunitário.
- Fortalecimento de redes e vínculos institucionais, a partir da articulação entre o IFPR, escolas públicas, órgãos ambientais, defesas civis, universidades parceiras, empresas e organizações socioambientais, ampliando a cooperação territorial e o compartilhamento de dados, práticas e soluções.
- Permanência e replicabilidade das soluções desenvolvidas, como sensores, sistemas de monitoramento e protótipos tecnológicos concebidos como abertos e adaptáveis, utilizados em atividades educativas, eventos científicos e ações institucionais.
- Impacto simbólico e organizacional, associado ao reconhecimento institucional do projeto, incluindo sua participação em eventos nacionais e internacionais, reforçando o papel da extensão universitária como espaço legítimo de inovação, formação cidadã e enfrentamento da crise climática.

7. Limites e Desafios da Experiência

- Complexidade do território e diversidade de atores envolvidos, o que exige esforços contínuos de articulação, comunicação e alinhamento entre universidade, comunidades, escolas e instituições públicas, além de tempo para a construção de consensos.
- Limites institucionais de recursos humanos e materiais, comuns a projetos de extensão tecnológica, especialmente aqueles que envolvem prototipagem, manutenção de equipamentos e acompanhamento contínuo das soluções desenvolvidas no território.
- Ajustes no ritmo de implementação e na priorização de ações, decorrentes das condições institucionais e das demandas territoriais ao longo do percurso do projeto.
- Desafios metodológicos na avaliação sistemática de impactos, sobretudo em relação aos efeitos de médio e longo prazo das ações educativas e tecnológicas, exigindo acompanhamento processual e contínuo.

8. Lições Aprendidas

- A articulação entre tecnologia, educação e território é mais efetiva quando construída a partir da escuta e do diálogo contínuo com os atores locais.
- Projetos de extensão tecnológica ganham consistência quando adotam o aprender fazendo, com acompanhamento formativo e inserção dos estudantes em contextos reais.

- A atuação em rede e ecossistema amplia o alcance e a sustentabilidade das ações, mas exige tempo, coordenação e compromisso entre os parceiros.
- Soluções tecnológicas orientadas à extensão precisam ser abertas, adaptáveis e apropriáveis, evitando abordagens extrativistas ou descoladas da realidade territorial.
- A extensão universitária se consolida como espaço estratégico para a formação cidadã e o enfrentamento da crise climática, quando integra ciência, ética e responsabilidade socioambiental.

Programa MEI RS Calamidades: Resiliência Econômica Pós-Enchentes de 2024

O Programa MEI RS Calamidades é uma iniciativa construída em parceria entre a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP), com o objetivo de apoiar microempreendedores individuais (MEIs) afetados pelas enchentes de 2024. A proposta articula auxílio financeiro emergencial, concedido pelo governo estadual, e consultorias personalizadas desenvolvidas pela PUCRS *Consulting*, combinando reconstrução econômica e fortalecimento de competências empreendedoras.

1. Identificação do Case

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Território / Região: Estado do Rio Grande do Sul – 95 municípios | Região Sul.

Tipo de Extensão: Comunitária de Impacto e Tecnológica

Coordenação: Profa. Marina Gaspareto

Período de execução: 2024 – atual (renovado em maio de 2025)

Principais atores envolvidos: Docentes e consultores vinculados à PUCRS Consulting, Professores e especialistas da Escola de Negócios da PUCRS, Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP), Microempreendedores Individuais (MEIs) afetados pelas enchentes e Equipes técnicas do Governo do Estado do RS.

ODS atendidas: 8, 9, 11, 17

2. Desafio Territorial que Originou a Ação

O Programa MEI RS Calamidades nasce em um contexto de crise sem precedentes no estado do Rio Grande do Sul, após as enchentes de 2024 que atingiram amplamente municípios da região metropolitana e do interior. A catástrofe climática impactou diretamente milhares de microempreendedores individuais (MEIs), muitos dos quais perderam não apenas estoques e equipamentos, mas sua principal fonte de renda e sustento familiar.

Diferentemente de empresas de maior porte, os MEIs frequentemente não dispõem de reservas financeiras, estrutura administrativa ou acesso facilitado a crédito e políticas públicas estruturantes. A vulnerabilidade desse grupo revelou uma lacuna nas respostas tradicionais de apoio econômico emergencial. Havia a necessidade de uma ação que combinasse auxílio imediato com suporte técnico capaz de promover reconstrução sustentável dos negócios.

A demanda territorial que originou a iniciativa foi, portanto, dupla e convergente: de um lado, o Governo do Estado precisava estruturar uma política pública de resposta rápida à calamidade; de outro, a universidade reconheceu seu papel na mobilização de conhecimento aplicado para apoiar a retomada econômica. O desafio consistia em desenhar uma metodologia capaz de atender milhares de empreendedores em curto prazo, mantendo caráter humanizado e personalizado no acompanhamento.

Assim, o programa emerge como resposta estruturada à reconstrução econômica pós-desastre, integrando universidade, governo e comunidade em uma lógica de inovação pública orientada à resiliência produtiva.

3. Articulação com a Comunidade e o Território

A articulação territorial do Programa MEI RS Calamidades foi estruturada a partir de uma parceria formal entre a PUCRS e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP). Essa governança colaborativa permitiu integrar resposta emergencial, política pública e conhecimento acadêmico em uma atuação coordenada e em larga escala.

A escuta inicial ocorreu no contexto da própria crise climática, quando se tornou evidente o impacto desproporcional das enchentes sobre os microempreendedores individuais.

O mapeamento dos municípios atingidos e a identificação dos MEIs afetados foram conduzidos pelo governo estadual, enquanto a universidade assumiu o papel de estruturar uma metodologia de atendimento capaz de dialogar com as diferentes realidades socioeconômicas encontradas no território.

A participação dos empreendedores não se restringiu à condição de beneficiários do auxílio financeiro. O programa condiciona o recebimento do apoio à participação em um ciclo estruturado de consultorias, promovendo envolvimento ativo dos MEIs na reconstrução de seus negócios. O diagnóstico individual permite compreender contexto familiar, emocional e produtivo, fortalecendo o vínculo entre consultor e empreendedor e orientando a construção de planos de ação personalizados.

A articulação também envolveu a mobilização de 179 consultores, entre professores e especialistas vinculados à PUCRS *Consulting*, formando uma rede de atuação distribuída por 95 municípios. O formato online possibilitou ampliar o alcance territorial sem comprometer a qualidade do acompanhamento, consolidando uma rede colaborativa de reconstrução econômica em escala estadual.

Essa dinâmica evidencia uma lógica de quádrupla hélice, integrando universidade, governo, setor produtivo e comunidade, com papéis claramente definidos e atuação complementar na promoção da resiliência econômica pós-enchentes.

4. Estratégia de Implementação

A estratégia de implementação do Programa MEI RS Calamidades foi estruturada para responder simultaneamente à urgência da reconstrução econômica e à necessidade de acompanhamento qualificado e humanizado. A metodologia foi construída de forma colaborativa entre a PUCRS *Consulting* e docentes da Escola de Negócios da PUCRS, combinando experiência acadêmica, prática de mercado e compreensão das dinâmicas de política pública.

O processo de atendimento organiza-se em três etapas principais: diagnóstico individual, consultorias em grupo e acompanhamento personalizado. O diagnóstico inicial é central para compreender não apenas o modelo de negócio, mas também o contexto familiar, emocional e produtivo do empreendedor. Esse momento permite construir vínculo e definir um plano de ação coerente com a realidade de cada MEI.

As consultorias coletivas são organizadas em quatro blocos temáticos — Diagnóstico e Proposta de Valor; Custos e Precificação; Gestão de Caixa; *Marketing* e Relacionamento — promovendo aprendizado estruturado e troca de experiências entre os participantes. A dinâmica favorece a formação de rede entre os empreendedores, ampliando o senso de pertencimento e apoio mútuo.

O acompanhamento individual complementa o ciclo formativo, assegurando que as estratégias discutidas possam ser adaptadas às especificidades de cada negócio. Cada consultor é responsável por um grupo reduzido de participantes, garantindo proximidade e qualidade no atendimento.

Um dos diferenciais estratégicos do programa está na sua capacidade de adaptação contínua. Os consultores possuem autonomia para ajustar a linguagem, profundidade e ferramentas conforme o perfil dos grupos atendidos, considerando diferentes níveis de escolaridade e maturidade empreendedora. O formato *online*, adotado para alcançar todo o território do estado, demonstrou alta eficácia e adesão, ampliando a escala sem comprometer o caráter personalizado do atendimento.

A combinação entre auxílio financeiro emergencial e consultoria estruturada transforma uma resposta pontual à calamidade em uma política pública orientada à reconstrução sustentável e ao fortalecimento de competências empreendedoras.

5. Aprendizagens Formativas

O Programa MEI RS Calamidades gerou aprendizagens em múltiplos níveis — institucional, profissional e territorial. Para os consultores e docentes envolvidos, a experiência representou um exercício de aplicação do conhecimento acadêmico em contexto de crise real, exigindo sensibilidade social, capacidade de adaptação metodológica e atuação em larga escala.

A construção da metodologia evidenciou a importância de uma abordagem humanizada no apoio a empreendedores em situação de vulnerabilidade. O diagnóstico individual mostrou-se não apenas uma ferramenta técnica, mas um espaço de escuta ativa, onde dimensões emocionais e familiares influenciam diretamente a reconstrução econômica. Essa compreensão ampliou o repertório formativo dos profissionais envolvidos, reforçando a centralidade da empatia e da responsabilidade territorial na atuação extensionista.

Do ponto de vista institucional, o programa consolidou a capacidade da universidade de operar em lógica de política pública, integrando conhecimento acadêmico, governança colaborativa e impacto social em grande escala. A experiência fortaleceu a articulação entre universidade e governo, demonstrando que a atuação extensionista pode assumir papel estruturante em momentos de calamidade.

Para os empreendedores participantes, as aprendizagens envolveram não apenas técnicas de gestão, finanças e marketing, mas também fortalecimento da autonomia, reorganização estratégica do negócio e reconstrução da confiança na própria capacidade produtiva. O programa evidenciou que o desenvolvimento de competências empreendedoras está diretamente associado à reconstrução da autoestima e ao sentimento de pertencimento econômico e social.

Assim, a iniciativa reafirma que a Extensão Universitária, quando orientada por propósito e estruturada metodologicamente, pode produzir formação técnica e transformação social de forma integrada.

6. Evidências de Impacto Percebido

- Alcance territorial em larga escala, com presença em 95 municípios do Rio Grande do Sul, abrangendo desde a região metropolitana de Porto Alegre até cidades do interior severamente atingidas pelas enchentes.
- Mais de 15 mil microempreendedores atendidos ou em atendimento, incluindo empreendedores já formados, participantes em andamento e lista de espera, evidenciando capilaridade e continuidade da política.
- Mobilização de 179 consultores, entre professores e especialistas vinculados à PUCRS *Consulting*, consolidando uma rede técnico-acadêmica de apoio à reconstrução econômica.
- Alto nível de satisfação dos participantes, com mais de 93% de avaliação positiva do formato online e 99% declarando aplicar integral ou parcialmente os conhecimentos adquiridos em seus negócios.
- Resultados concretos relatados pelos empreendedores, como reabertura de pontos de venda, ampliação da carteira de clientes e criação de novos produtos a partir das estratégias aprendidas.

- Impactos intangíveis de alto valor social, incluindo fortalecimento da autoestima, reconstrução da confiança produtiva e senso de pertencimento econômico, especialmente relevantes em contexto pós-catástrofe.

7. Limites e Desafios da Experiência

- Atuação em contexto de calamidade, exigindo rapidez na implementação sem comprometer qualidade metodológica e acompanhamento personalizado.
- Escala estadual em curto prazo, o que demandou mobilização intensiva de consultores, coordenação logística complexa e padronização de processos sem perder a humanização do atendimento.
- Heterogeneidade do público atendido, com diferentes níveis de escolaridade, maturidade empreendedora e acesso à tecnologia, exigindo constante adaptação de linguagem e abordagem.
- Desafios emocionais e sociais enfrentados pelos empreendedores, que muitas vezes impactam diretamente a capacidade de reorganização do negócio, exigindo sensibilidade além da dimensão técnica da consultoria.
- Sustentabilidade de médio e longo prazo das soluções implementadas, especialmente considerando que parte dos empreendedores ainda enfrenta instabilidade econômica decorrente do desastre climático.
- Dependência de articulação interinstitucional contínua, uma vez que o programa está vinculado a políticas públicas e requer alinhamento constante entre universidade e governo.

8. Lições Aprendidas

- A atuação extensionista em contextos de crise exige rapidez na resposta aliada a estrutura metodológica consistente, para que a ação emergencial não se limite ao socorro imediato, mas gere reconstrução sustentável.
- A combinação entre auxílio financeiro e consultoria qualificada potencializa resultados, pois articula suporte material com desenvolvimento de competências empreendedoras.
- A presença de uma estrutura universitária dedicada à conexão com políticas públicas é determinante para viabilizar intervenções em larga escala com qualidade técnica e governança organizada.
- A humanização do atendimento é um diferencial central: a escuta individual e o reconhecimento das dimensões emocionais do empreendedor são fundamentais para a reconstrução econômica.
- A lógica de quádrupla hélice, integrando universidade, governo, setor produtivo e comunidade, demonstra que a extensão pode assumir papel estruturante na formulação e execução de políticas públicas.
- Experiências inicialmente emergenciais podem se consolidar como políticas permanentes de impacto social, quando sustentadas por evidências, satisfação dos participantes e articulação institucional contínua..

***Service Learning* PUCRS: Rede Colaborativa de Aprendizagem e Impacto Social**

O *Service Learning* da PUCRS é uma metodologia ativa de aprendizagem que conecta disciplinas da graduação a desafios reais apresentados por organizações sociais, órgãos públicos e *startups* do ecossistema de inovação. Implementado desde 2016 e operacionalizado pelo Laboratório Interdisciplinar de Empreendedorismo e Inovação (IDEAR), o programa consolida-se como uma rede colaborativa que integra estudantes, docentes e parceiros externos em projetos de impacto social e inovação.

1. Identificação do Case

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Território / Região: Porto Alegre – Rio Grande do Sul | Região Sul

Tipo de Extensão: Comunitária de Impacto

Coordenação: Profa. Cristina Nunes

Período de execução: 2016 – atual

Principais atores envolvidos: Docentes e estudantes de graduação das sete escolas da PUCRS; organizações da sociedade civil; *startups* do TECNOPUC; órgãos públicos; comunidades parceiras

ODS atendidas: 8, 9, 17

2. Desafio Territorial que Originou a Ação

O *Service Learning* da PUCRS surge da necessidade de aproximar a universidade de desafios concretos da sociedade, superando a fragmentação entre formação acadêmica e realidade territorial. Embora a instituição já desenvolvesse ações extensionistas, havia o desafio de estruturar uma metodologia capaz de integrar, de forma sistemática e sustentável, ensino, prática e impacto social ao longo do currículo.

No território de Porto Alegre e região metropolitana, organizações da sociedade civil, *startups* em fase inicial e órgãos públicos enfrentam demandas relacionadas à gestão, inovação, comunicação, tecnologia e sustentabilidade, muitas vezes sem acesso a serviços especializados. Ao mesmo tempo, os estudantes buscavam experiências formativas mais conectadas a problemas reais, que ampliassem seu protagonismo e o desenvolvimento de competências para além da sala de aula.

A demanda que impulsionou o programa foi, portanto, dupla: de um lado, organizações que necessitam apoio técnico e criativo; de outro, a universidade que reconhece a necessidade de formar estudantes com propósito, responsabilidade social e capacidade de atuar em ecossistemas complexos. O *Service Learning* surge como resposta estruturada a essa convergência, organizando a interação entre disciplinas e parceiros externos em uma rede colaborativa que transforma desafios sociais em experiências de aprendizagem aplicada

3. Articulação com a Comunidade e o Território

A articulação territorial do *Service Learning* da PUCRS é estruturada por meio da mediação realizada pelo IDEAR, que atua como ponte entre docentes, estudantes e organizações externas. O processo inicia-se na etapa de investigação e *match*, quando são identificadas necessidades reais de organizações da sociedade civil, órgãos públicos e *startups*, seja por demanda direta dos parceiros, seja por prospecção ativa do IDEAR.

A escuta inicial ocorre a partir da identificação dos desafios apresentados pelas organizações e da análise de aderência com disciplinas da graduação. O IDEAR desempenha papel estratégico ao organizar um banco qualificado de parceiros e assegurar continuidade às relações estabelecidas, contribuindo para que a articulação não se restrinja a ações pontuais.

A participação dos parceiros ocorre ao longo de todo o ciclo do programa: na definição dos desafios, no acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estudantes e na etapa de apresentação dos resultados, quando oferecem devolutivas e feedbacks sobre as soluções propostas. Essa dinâmica favorece a construção de uma rede colaborativa, na qual universidade e comunidade compartilham responsabilidades na produção de conhecimento aplicado.

Além das organizações sociais, o programa também articula o ecossistema de inovação da própria universidade, incluindo *startups* vinculadas ao TECNOPUC, ampliando a interação entre formação acadêmica, empreendedorismo e impacto social.

4. Estratégia de Implementação

A estratégia de implementação do *Service Learning* na PUCRS está estruturada em um ciclo metodológico de cinco estágios, que organiza a interação entre universidade e parceiros externos ao longo de um semestre acadêmico: investigação e adequação, preparação, metodologia, “mão na massa”, apresentação e reflexão. Esse percurso busca equilibrar teoria, prática e reflexão crítica, garantindo coerência entre formação acadêmica e desafios reais.

Na etapa de investigação e *match*, o IDEAR realiza a identificação das demandas apresentadas por organizações sociais, *startups* e órgãos públicos, conectando-as às disciplinas com maior aderência temática. Esse processo de mediação institucional assegura continuidade ao programa e qualifica o banco de parceiros disponíveis para docentes e estudantes.

Durante a preparação, são definidos papéis, responsabilidades e cronogramas. Os estudantes passam a conhecer o contexto do parceiro e iniciam a ideação de soluções, sob orientação docente. Na fase metodológica, cada professor escolhe as ferramentas e abordagens pedagógicas mais adequadas ao seu campo de conhecimento, contando com o suporte do IDEAR por meio de ambiente virtual e repertório de práticas acumuladas.

A etapa de “mão na massa” envolve contato direto com o parceiro, visitas, entrevistas e desenvolvimento de soluções aplicáveis aos desafios apresentados. Posteriormente, ocorre a apresentação dos projetos e a devolutiva por parte das organizações, seguida de momento estruturado de reflexão, no qual estudantes, docentes e parceiros revisitam o processo e consolidam aprendizagens. Como diretriz transversal, o programa enfatiza o desenvolvimento de competências empreendedoras, inspiradas no *European Entrepreneurship Competence Framework* (EntreComp), estimulando criatividade, pensamento crítico, colaboração, resiliência e senso de propósito.

5. Aprendizagens Formativas

O *Service Learning* da PUCRS promove aprendizagens que ultrapassam a aplicação técnica de conteúdos disciplinares, integrando formação acadêmica, responsabilidade social e atuação em contextos reais. Ao trabalhar sobre desafios concretos apresentados por organizações sociais, *startups* e órgãos públicos, os estudantes vivenciam processos que exigem análise crítica, criatividade e capacidade de diálogo com diferentes atores do território.

A metodologia favorece o desenvolvimento de competências empreendedoras alinhadas ao EntreComp, como iniciativa, trabalho em equipe, resolução de problemas complexos, adaptabilidade e senso de propósito. A experiência também amplia a compreensão sobre o papel social da universidade, ao evidenciar que o conhecimento acadêmico pode ser mobilizado para responder a demandas coletivas e gerar soluções contextualizadas.

Do ponto de vista docente, o programa estimula práticas pedagógicas mais ativas e integradoras, deslocando o foco da transmissão de conteúdo para a mediação de processos colaborativos de aprendizagem. Para os parceiros externos, a interação com os estudantes possibilita acesso a novos repertórios, perspectivas e propostas inovadoras, ainda que o foco central do programa esteja na formação discente.

O momento de apresentação e reflexão, previsto no ciclo metodológico, contribui para consolidar as aprendizagens, permitindo que os estudantes revisitem suas decisões, reconheçam limites e compreendam o impacto potencial de suas ações no território.

6. Evidências de Impacto Percebido

- Ampliação da interação entre universidade e organizações do território, consolidando uma rede colaborativa que integra disciplinas, parceiros sociais, *startups* e órgãos públicos ao longo de vários semestres.
- Fortalecimento de organizações parceiras por meio da entrega de soluções aplicadas, desenvolvidas a partir de desafios reais e apresentadas formalmente aos gestores para validação e possível implementação.
- Integração da formação acadêmica ao ecossistema de inovação local, especialmente por meio da articulação com o TECNOPUC, ampliando a conexão entre empreendedorismo, inovação e impacto social.

- Consolidação institucional do *Service Learning* como prática contínua desde 2016, indicando sustentabilidade metodológica e permanência da iniciativa ao longo do tempo.
- Desenvolvimento de competências empreendedoras e sociais nos estudantes, evidenciado pelo foco estruturado nas competências do EntreComp e pelo ciclo reflexivo incorporado à metodologia.

7. Limites e Desafios da Experiência

- Complexidade da articulação entre múltiplos atores, envolvendo sete escolas da universidade, docentes de diferentes áreas, estudantes e organizações externas, o que exige coordenação contínua por parte do IDEAR.
- Desafio de alinhamento entre calendário acadêmico e demandas das organizações, especialmente quando os prazos institucionais não coincidem com o ritmo de implementação das soluções propostas.
- Garantia de qualidade e aplicabilidade das entregas, considerando que os projetos são desenvolvidos em um semestre letivo e dependem do engajamento dos estudantes e da mediação docente.
- Avaliação sistemática do impacto nas organizações parceiras, que ainda aparece centrada em feedbacks e devolutivas, podendo demandar instrumentos mais estruturados de acompanhamento de médio e longo prazo.

- Sustentabilidade das soluções desenvolvidas, especialmente quando não há acompanhamento posterior ou institucionalização formal da implementação junto aos parceiros.

8. Lições Aprendidas

- A integração entre ensino e desafios reais do território fortalece a formação acadêmica, tornando a aprendizagem mais significativa e orientada à resolução de problemas concretos.
- A existência de uma estrutura institucional dedicada (IDEAR) é fundamental para garantir continuidade, qualidade das parcerias e sustentabilidade da metodologia ao longo do tempo.
- A mediação estruturada entre universidade e parceiros contribui para evitar ações pontuais e favorece a construção de uma rede colaborativa de impacto social.
- A incorporação de um ciclo metodológico claro, com etapas de investigação, ação e reflexão, potencializa o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais nos estudantes.
- A aproximação com o ecossistema de inovação amplia as possibilidades de impacto, demonstrando que a Extensão Universitária pode integrar dimensões comunitárias, tecnológicas e empreendedoras.

A Cidade (In)Visível – Cartografia Social, Direito à Moradia e Intervenção Territorial nas Ocupações Urbanas de São Leopoldo

1. Identificação do Case

Instituição: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Território / Região: Ocupações urbanas de São Leopoldo (RS), com atuação prioritária nas comunidades Justo, Renascer, Mauá e Steigleder

Tipo de Extensão: Integrada (comunitária + tecnológica)

Coordenação: Profa. Adriane Brill Thum, com equipe multidisciplinar de professores da Arquitetura, Serviço Social, Topografia, Medicina e Engenharias

Período de execução: Em andamento (projeto contínuo, com ações semestrais desde 2020)

Principais atores envolvidos:

- Universidade: estudantes e professores de Arquitetura e Urbanismo, Serviço Social, Topografia, Medicina, Engenharias; Programa de Pós-Graduação; ITT Performance
- Comunidade: moradores das ocupações urbanas, lideranças comunitárias, associações de moradores

- Parceiros: Rede Solidária São Léo, Prefeitura Municipal de São Leopoldo (Secretarias de Habitação, Assistência Social e Segurança Pública), movimentos sociais, organizações religiosas, Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR)

ODS atendidas: 1, 2, 3, 4, 6, 10, 11 e 17.

2. Desafio Territorial que Originou a Ação

São Leopoldo, como tantas cidades brasileiras, convive com um passivo histórico de ocupações urbanas irregulares, onde milhares de famílias vivem sem acesso a direitos básicos como moradia digna, saneamento, infraestrutura urbana e segurança fundiária. As comunidades Renascer, Mauá, Steigleder e Justo são exemplos desse fenômeno: territórios marcados pela ausência de regularização fundiária, pela precariedade das habitações e pela violação sistemática de direitos socioespaciais.

A esses desafios estruturais, somou-se, em 2024, uma tragédia climática sem precedentes: as enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul atingiram duramente essas comunidades, agravando as condições de vida e expondo ainda mais a vulnerabilidade de suas populações.

O projeto A Cidade (In)Visível nasceu justamente desse diagnóstico: como a universidade pode contribuir para a regularização fundiária, a qualificação urbana e o fortalecimento comunitário em territórios historicamente invisibilizados, articulando conhecimento técnico, participação social e incidência em políticas públicas?

A resposta veio na forma de um projeto de cartografia social que, ao mapear as ocupações, revelou não apenas suas carências, mas também suas potências — e mobilizou a universidade para uma atuação integrada e de longo prazo.

3. Articulação com a Comunidade e o Território

- Escuta ativa e construção de vínculos: O projeto não chega às comunidades como “missão de salvamento”. A aproximação é cuidadosa, mediada por lideranças locais e pela Rede Solidária São Léo, organização que já atua no território. As primeiras visitas são de escuta: rodas de conversa, caminhadas pelo bairro, conversas informais nas casas. Aos poucos, os moradores começam a compartilhar suas dores — mas também seus sonhos.
- Participação comunitária em todas as etapas: Os moradores não são apenas informantes; são coinvestigadores e codecisores. Participam da definição das prioridades de intervenção, das oficinas de projeto, da validação das propostas. Na Comunidade Justo, por exemplo, as decisões sobre a requalificação da quadra e da cozinha comunitária foram tomadas coletivamente, em assembleias.
- Parceria com movimentos sociais e poder público: O projeto articula-se com a Rede Solidária, movimentos de moradia, organizações religiosas e órgãos públicos (Habitação, Assistência Social, Segurança Pública). Essa articulação é fundamental para que as ações da universidade dialoguem com políticas existentes e possam incidir na formulação de novas políticas.

4. Estratégia de Implementação

Boas práticas do Capítulo 3 presentes no case:

- Articulação territorial: Atuação continuada nas comunidades, com escuta ativa, construção de vínculos e participação dos moradores em todas as etapas.
- Mentoria e acompanhamento formativo: Supervisão docente integrada, com estudantes de diferentes cursos atuando em equipes multidisciplinares e recebendo orientação conjunta.
- Avaliação e acompanhamento de impacto: O projeto monitora indicadores como número de pessoas envolvidas, ações realizadas, parcerias estabelecidas e avanços na regularização fundiária.
- Ética, responsabilidade territorial e não extrativismo: A atuação respeita os saberes locais, evita qualquer forma de instrumentalização da comunidade e busca fortalecer a autonomia dos moradores.

Metodologia central: O projeto estrutura-se em cinco etapas integradas:

1. Articulação institucional e planejamento inicial: Estabelecimento de parcerias com a Rede Solidária, movimentos sociais e órgãos públicos, definindo objetivos e estratégias de atuação.
2. Integração pedagógica entre cursos e atividades acadêmicas: Diferentes componentes curriculares são mobilizados (Planejamento e Gestão Social, Topografia, Projeto Social, Internato em Medicina), cada um contribuindo com seu saber específico.

3. Aproximação comunitária e escuta qualificada: Encontros com lideranças, rodas de conversa e observação direta do território, assegurando que as ações respondam a demandas reais.
4. Desenvolvimento das ações técnicas e socioeducativas: Levantamento topográfico, produção de plantas e maquetes, ações de convivência (cinema comunitário, confraternizações), articulação para doação de materiais.
5. Sistematização, devolutiva e continuidade: Análise dos resultados, devolutiva para a comunidade e definição das próximas etapas (construção da cozinha comunitária, captação de recursos para cobertura da quadra).

5. Aprendizagens Formativas

No projeto A Cidade (In)Visível, as aprendizagens formativas decorrem da imersão de estudantes em processos extensionistas que articulam diagnóstico territorial, intervenção técnica e fortalecimento comunitário. A experiência favorece a compreensão da extensão universitária como prática interdisciplinar e politicamente comprometida, na qual o território e seus sujeitos (moradores de ocupações urbanas, lideranças comunitárias, movimentos sociais) tornam-se referências centrais do processo de aprendizagem.

Para os estudantes dos cursos envolvidos (Arquitetura, Serviço Social, Topografia, Medicina, Engenharias), a participação no projeto amplia a leitura crítica sobre a produção do espaço urbano e a desigualdade socioespacial, ao mesmo tempo em que tensiona os limites do conhecimento técnico-acadêmico quando

confrontado com as dinâmicas concretas de territórios marcados pela precariedade e pela luta por direitos. O trabalho conjunto em equipes multidisciplinares – engenheiros aprendendo com assistentes sociais, arquitetos dialogando com lideranças comunitárias, estudantes de medicina compreendendo os determinantes sociais da saúde – contribui para o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e éticas fundamentais para a atuação profissional em contextos de alta complexidade.

Do ponto de vista das comunidades atendidas, o projeto promove aprendizagens relacionadas ao reconhecimento de seus direitos, à apropriação de instrumentos técnicos (como plantas e maquetes) e ao fortalecimento de sua capacidade de organização e incidência política. Moradores que nunca haviam visto uma planta de sua própria casa passam a compreender o território em outra escala; crianças que participam de oficinas descobrem novas formas de imaginar e ocupar o espaço público.

O caso evidencia que as aprendizagens se constroem de forma processual e dialógica, a partir da interação entre universidade, movimentos sociais e poder público, reafirmando o papel da extensão como espaço de formação cidadã, crítica e humanizada.

6. Evidências de Impacto Percebido

1. Mobilização comunitária e fortalecimento de vínculos: Mais de 200 pessoas da Comunidade Justo participaram diretamente das ações do projeto. As rodas de conversa, oficinas e mutirões fortaleceram a organização comunitária e a articulação com a rede de apoio.
2. Inclusão de crianças e adolescentes: 53 crianças da Comunidade Justo participaram de uma sessão de cinema no shopping de São Leopoldo — para muitas, a primeira vez que saíam do bairro para uma atividade cultural. Ações como essa, aparentemente simples, têm impacto profundo na autoestima e na ampliação de repertórios.
3. Produção de conhecimento técnico a serviço da comunidade: Estudantes realizaram levantamento topográfico, produziram plantas, maquetes e vídeos para subsidiar a qualificação da quadra de esportes e da cozinha comunitária. Esses materiais são instrumentos fundamentais para a negociação da comunidade com o poder público.
4. Articulação intersetorial e captação de recursos: O projeto articulou doação de mais de 100 cabides pelo SJMR e materiais para ampliação da cozinha comunitária pelo ITT Performance, demonstrando a capacidade de mobilizar recursos para além do financiamento direto.
5. Continuidade das ações e perspectivas futuras: As próximas etapas incluem a construção da cozinha comunitária e a captação de recursos para cobertura da quadra esportiva, evidenciando que o projeto não se encerra com o semestre letivo, mas constrói horizontes de continuidade.

7. Limites e Desafios da Experiência

- Tempo limitado das edições: O calendário acadêmico semestral impõe um ritmo que nem sempre dialoga com o tempo das comunidades e com a complexidade dos processos de regularização fundiária e intervenção urbana.
- Sustentabilidade das ações pós-projeto: Embora haja esforços de articulação com políticas públicas, muitas ações ainda dependem do impulso da universidade. A continuidade após o encerramento das atividades acadêmicas é um desafio permanente.
- Escala diante da demanda: As comunidades atendidas são apenas algumas entre dezenas de ocupações urbanas na região. A demanda por assessoria técnica e apoio à regularização é muito superior à capacidade atual do projeto.
- Conflitos fundiários e resistência institucional: A atuação em territórios de ocupação envolve lidar com conflitos fundiários complexos e, por vezes, com resistência de setores do poder público ou do mercado imobiliário.

8. Lições Aprendidas

- A extensão universitária, quando orientada pelo direito à cidade e pela justiça socioespacial, pode atuar como ferramenta de incidência política e fortalecimento comunitário em territórios marcados pela precariedade e pela invisibilidade.
- A cartografia social, mais do que uma técnica de mapeamento, é uma metodologia de escuta e de reconhecimento: revela não apenas as carências do território, mas também suas potências, seus saberes e suas formas de organização.
- A interdisciplinaridade não é um enfeite; é condição para compreender a complexidade das ocupações urbanas, onde problemas habitacionais, ambientais, de saúde e de assistência social se sobrepõem.
- O diálogo com movimentos sociais e poder público é estratégico para que as ações da universidade não se esgotem em si mesmas, mas possam incidir em políticas permanentes.
- A presença continuada no território, para além do cronograma acadêmico, é fundamental para construir relações de confiança e garantir que as intervenções sejam apropriadas pela comunidade.
- O impacto de um projeto como A Cidade (In)Visível não se mede apenas pelo número de plantas produzidas ou de pessoas atendidas, mas pela capacidade de fortalecer a organização comunitária e de contribuir para que os moradores das ocupações urbanas sejam reconhecidos como sujeitos de direito, e como protagonistas de sua própria história.



TARIN – Educação e Atenção Humanitária a Migrantes e Refugiados

1. Identificação do Case

Instituição: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Território / Região: Vale do Rio dos Sinos (RS), com atuação nos municípios de São Leopoldo, Esteio, Canoas e Porto Alegre

Tipo de Extensão: Comunitária de Impacto

Coordenação: Equipe multidisciplinar do Programa TARIN, vinculado à Cátedra Sérgio Vieira de Mello

Período de execução: 2018 – presente (em andamento)

Principais atores envolvidos:

- Universidade: professores e estudantes de graduação (Letras, Pedagogia, Ciências Sociais, Direito, Psicologia, entre outros) e pós-graduação; Cátedra Sérgio Vieira de Mello; NEABI; Instituto de Cultura Digital
- Comunidade: migrantes e refugiados de diversas nacionalidades (Venezuela, Haiti, Senegal, Colômbia, Angola, entre outros); escolas municipais; comunidades periféricas
- Parceiros: Prefeituras de São Leopoldo, Esteio, Canoas e Porto Alegre; Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR Brasil); Secretarias Municipais de Educação e de Direitos Humanos; NERER São Leopoldo; SENAC; Rotaract; Fundação Panamericana de Desenvolvimento; Petrobras (no âmbito do projeto Educar Crescer)

ODS atendidas: 4, 5, 8, 10, 16 e 17

2. Desafio Territorial que Originou a Ação

O Brasil tem se consolidado como destino de fluxos migratórios significativos nas últimas décadas, com a Região Sul recebendo um contingente expressivo de migrantes e refugiados, especialmente haitianos, venezuelanos, senegaleses e colombianos. No Vale do Rio dos Sinos, essa realidade se faz presente, mas as políticas públicas de acolhimento e integração ainda são incipientes.

Migrantes e refugiados chegam ao território enfrentando múltiplas barreiras: domínio insuficiente da língua portuguesa, desconhecimento de seus direitos, dificuldades de acesso a serviços públicos, inserção precária no mercado de trabalho e, não raro, situações de xenofobia e discriminação. As escolas, por sua vez, recebem crianças e adolescentes migrantes sem preparo adequado para lidar com a diversidade linguística e cultural em sala de aula.

O Programa TARIN nasceu para enfrentar esse desafio a partir de uma pergunta central: como a universidade pode contribuir para a construção de uma sociedade mais acolhedora, inclusiva e intercultural, formando profissionais sensíveis à realidade migratória e, ao mesmo tempo, oferecendo respostas concretas às necessidades dessa população?

A resposta veio na forma de um programa que articula ensino, pesquisa e extensão por meio de três projetos integrados Português como Língua de Acolhimento (PLAc), o Projeto Educar Crescer | Acolher e o projeto Migração em Contexto Escolar do PROEXT PG Unisinos, que atuam na formação de migrantes e refugiados, na capacitação de professores da rede pública e na sensibilização da comunidade acadêmica para a pauta migratória. A partir de ações sistêmicas e interdisciplinares, o programa desenvolve competências relacionadas à transformação cultural, à formação profissional com responsabilidade social e à construção de cidades mais inclusivas, multiculturais e plurilinguísticas, impactando diretrizes curriculares e institucionais da universidade.

3. Articulação com a Comunidade e o Território

- Escuta e diagnóstico participativo: O programa não partiu de suposições acadêmicas, mas de escuta qualificada junto a lideranças migrantes, instituições de acolhimento (como o SJMR) e gestores públicos. Essa escuta revelou que a principal demanda imediata era o ensino da língua portuguesa, mas também evidenciou necessidades mais profundas: a dificuldade de inserção das crianças migrantes nas escolas regulares e a falta de preparo dos professores para lidar com a diversidade linguística e cultural em sala de aula. Essas três dimensões – acolhimento linguístico de adultos, formação de professores e apoio a crianças no ambiente escolar – deram origem aos três projetos que hoje compõem o programa.

-
- Participação da comunidade: Nos três projetos, os migrantes não são apenas “beneficiários” – são protagonistas. No PLAc, são incentivados a compartilhar suas histórias, culturas e saberes nas aulas de português. No Acolher, crianças e adolescentes participam ativamente das oficinas, trazendo suas experiências e contribuindo para a construção de um ambiente de aprendizado intercultural. Nas formações do Migração em Contexto Escolar, migrantes são convidados a compartilhar suas trajetórias com os professores, desconstruindo estereótipos e humanizando o debate sobre migração. Alguns migrantes tornaram-se monitores ou voluntários, multiplicando o conhecimento em suas próprias comunidades.
 - Parceria baseada em corresponsabilidade: O TARIN articula uma rede robusta de parcerias com prefeituras, escolas, organizações da sociedade civil e órgãos de fomento. No PLAc, a parceria com as prefeituras garante a cessão de espaços e a articulação com a rede de assistência social. No Migração em Contexto Escolar, a Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo é parceira na definição dos conteúdos formativos e na mobilização dos professores. No Acolher, as escolas municipais de Canoas e Esteio acolhem as oficinas no contraturno e acompanham o desenvolvimento dos alunos. Essas parcerias não se limitam ao apoio logístico ou financeiro: envolvem co-criação de currículos, formação conjunta e compromisso com a continuidade das ações.

4. Estratégia de Implementação

- Articulação territorial: Atuação continuada em escolas municipais e comunidades, com escuta ativa das demandas de migrantes, gestores públicos e professores da rede.
- Mentoria e acompanhamento formativo: Nos três projetos, os estudantes monitores são acompanhados por professores supervisores, com reuniões pedagógicas semanais e formação continuada sobre migração, direitos humanos, metodologias de ensino de português como língua adicional e estratégias de acolhimento escolar.
- Avaliação e acompanhamento de impacto: O programa monitora indicadores específicos para cada projeto: número de migrantes atendidos e progressão na proficiência em português (PLAc); número de professores formados e avaliação das formações (Migração em Contexto Escolar); frequência e desenvolvimento das crianças atendidas (Acolher). Os dados são sistematizados semestralmente e orientam ajustes nas ações.
- Ética, responsabilidade territorial e não extrativismo: A proposta pedagógica valoriza as culturas de origem, combate estereótipos e promove uma visão crítica sobre migração, afastando-se de abordagens assistencialistas ou folclorizantes. Os migrantes são ouvidos e respeitados como sujeitos de saber, não como objetos de estudo.

Estrutura do programa e metodologias específicas: O TARIN estrutura-se em três projetos integrados, cada qual com metodologia própria, mas todos orientados pelos princípios da educação popular, da interculturalidade crítica e da articulação entre teoria e prática:

1. Projeto PLAc (Português como Língua de Acolhimento): Oferta semestral de cursos de português para jovens e adultos migrantes, com material didático próprio e adaptado às realidades dos alunos. As turmas são multiníveis e interculturais, e as aulas combinam prática linguística com discussões sobre direitos, saúde, trabalho e cultura brasileira. A metodologia privilegia a abordagem comunicativa e o protagonismo dos alunos, que são incentivados a trazer suas histórias e saberes para a sala de aula.
2. Projeto Migração em Contexto Escolar (PROEXT-PG): Formação continuada para professores da rede municipal de São Leopoldo, estruturada em encontros presenciais e atividades práticas nas escolas. Os conteúdos abordam acolhimento, diversidade linguística, relações étnico-raciais, estratégias pedagógicas para turmas com alunos migrantes e produção de materiais didáticos inclusivos. A metodologia combina exposições dialogadas, estudos de caso e oficinas de produção colaborativa.

3. Projeto Acolher (vinculado ao Educar Crescer): Oficinas de português para crianças e adolescentes migrantes em escolas municipais de Canoas e Esteio, realizadas no contraturno escolar. As atividades são lúdicas e contextualizadas, combinando prática linguística com expressão artística, contação de histórias e brincadeiras. O projeto também promove ações de fortalecimento de vínculos com a comunidade escolar, como eventos culturais e encontros com as famílias.

5. Aprendizagens Formativas

No TARIN, as aprendizagens formativas decorrem da imersão de estudantes universitários em um programa extensionista que articula três frentes de atuação complementares, todas orientadas pela pauta migratória e pelo compromisso com os direitos humanos. A experiência favorece a compreensão da extensão universitária como prática pedagógica interdisciplinar e politicamente comprometida, na qual o território e seus sujeitos (migrantes, refugiados, professores da rede pública, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade) tornam-se referências centrais do processo de aprendizagem.

Para os estudantes de graduação dos diferentes cursos envolvidos (Letras, Pedagogia, Ciências Sociais, Direito, Psicologia, entre outros), a participação no programa amplia a leitura crítica sobre as desigualdades estruturais que marcam a experiência migratória no Brasil, ao mesmo tempo em que tensiona os limites do conhecimento acadêmico quando confrontado com as realidades concretas de deslocamento, precariedade e resistência.

No PLAc, aprendem a ensinar português como língua de acolhimento, desenvolvendo competências linguísticas, didáticas e interculturais. No Migração em Contexto Escolar, atuam como formadores de professores, aprimorando habilidades de comunicação, mediação e planejamento pedagógico. No Acolher, vivenciam o desafio de trabalhar com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, desenvolvendo sensibilidade e criatividade para adaptar metodologias a diferentes contextos.

Do ponto de vista dos migrantes atendidos, o programa promove aprendizagens fundamentais para sua inserção na sociedade brasileira. No PLAc, a apropriação da língua portuguesa é também apropriação de direitos, de ferramentas para o trabalho e de possibilidades de participação social. No Acolher, as crianças e adolescentes migrantes não apenas aprendem português, mas também fortalecem sua autoestima, ampliam seus repertórios culturais e constroem vínculos com a escola e a comunidade. Muitas famílias relatam que o projeto foi determinante para que seus filhos se sentissem acolhidos e confiantes para aprender.

Para os professores da rede pública, as formações oferecidas pelo Migração em Contexto Escolar ampliam a compreensão sobre a complexidade do fenômeno migratório, desconstróem preconceitos e fornecem ferramentas práticas para lidar com a diversidade em sala de aula. Professores que antes se sentiam despreparados para receber alunos migrantes passam a vê-los como oportunidade de enriquecimento cultural e de renovação pedagógica.

O caso evidencia que as aprendizagens se constroem de forma processual e dialógica, a partir da interação entre universidade, migrantes, escolas e poder público, reafirmando o papel da extensão como espaço de formação cidadã, crítica e humanizada.

6. Evidências de Impacto Percebido

1. Acesso à língua e à cidadania (PLAc): Entre 2018 e 2025, 789 migrantes de diversas nacionalidades foram matriculados nos cursos de português, adquirindo ferramentas linguísticas fundamentais para sua inserção social e profissional. Muitos relatam que as aulas foram a primeira experiência de acolhimento real desde sua chegada ao Brasil.
2. Fortalecimento da rede de acolhimento no território: O programa articula uma rede de parceiros externos que inclui prefeituras de quatro municípios, SJMR Brasil, secretarias municipais, escolas da rede pública, SENAC, Rotaract e Fundação Panamericana. Essa capilaridade garante que as ações não sejam isoladas, mas integradas a políticas e equipamentos públicos existentes.
3. Formação de professores para a diversidade (Migração em Contexto Escolar): Mais de 50 professores da rede municipal de São Leopoldo participaram dos encontros formativos, ampliando sua capacidade de acolher alunos migrantes e de trabalhar a diversidade cultural em sala de aula. As avaliações indicam aumento da confiança dos professores para lidar com situações de multilinguismo e interculturalidade.

4. Inserção escolar de crianças migrantes (Acolher): Em 2025, 32 crianças e adolescentes migrantes foram atendidos no contraturno escolar em Canoas e Esteio. O acompanhamento das escolas parceiras indica melhora significativa no desempenho escolar e na integração social desses alunos.
5. Curricularização da extensão: O programa integra 16 disciplinas de graduação, envolvendo em média 96 alunos por semestre de 10 cursos diferentes. Essa inserção curricular garante que a pauta migratória seja transversalizada na formação dos estudantes, independentemente de sua área de atuação.
6. Produção de conhecimento e materiais didáticos: O PLAc desenvolveu materiais próprios para o ensino de português como língua de acolhimento, adaptados à realidade dos migrantes na Região Sul. Esses materiais são utilizados por outras instituições e replicados em diferentes contextos.

7. Limites e Desafios da Experiência

- Sustentabilidade financeira: O programa depende de editais e parcerias pontuais (como o PROEXT e o projeto Educar Crescer), o que gera insegurança quanto à continuidade de algumas ações, especialmente as que envolvem bolsas para estudantes monitores. O PLAc, que não conta com financiamento permanente, mantém-se com base em voluntariado e parcerias institucionais.

- Escala diante da demanda: A procura pelos cursos de português é muito superior à oferta de vagas. Em 2025, o PLAc recebeu centenas de inscrições para cerca de 100 vagas semestrais, evidenciando a necessidade de ampliação. O mesmo ocorre nas formações para professores e nas oficinas do Acolher.
- Acompanhamento de longo prazo: Embora o programa monitore indicadores de frequência e progressão, o acompanhamento da trajetória dos migrantes após a conclusão dos cursos ainda é um desafio, especialmente considerando a alta mobilidade dessa população.
- Articulação com políticas públicas permanentes: Apesar das parcerias com prefeituras, a continuidade das ações ainda depende muito da universidade. A incorporação efetiva da pauta migratória nas políticas municipais de educação e assistência social é um horizonte a ser perseguido.
- Formação continuada dos monitores: A rotatividade de estudantes monitores (por semestre) exige um esforço constante de formação e alinhamento pedagógico, demandando tempo e dedicação da equipe de coordenação.

8. Lições Aprendidas

A extensão universitária, quando orientada pelo compromisso com os direitos humanos e a interculturalidade, pode atuar como ponte entre a universidade e as populações migrantes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais acolhedora e inclusiva.

Um programa extensionista bem estruturado é mais do que a soma de projetos isolados. A articulação entre diferentes frentes de atuação como ensino de línguas, formação de professores, apoio a crianças e adolescentes, potencializa os resultados e cria sinergias que fortalecem o conjunto.

O ensino da língua portuguesa, quando abordado como “língua de acolhimento”, transcende a dimensão meramente instrumental e torna-se ferramenta de autonomia, participação social e afirmação de identidades.

A formação continuada de professores da rede pública é estratégica para garantir que o acolhimento de crianças e adolescentes migrantes não dependa apenas de ações pontuais, mas se incorpore ao cotidiano escolar e às práticas pedagógicas.

O trabalho com crianças e adolescentes migrantes no contraturno escolar não apenas acelera sua aprendizagem da língua portuguesa, mas também fortalece vínculos com a escola e a comunidade, prevenindo situações de isolamento e evasão.

A presença de migrantes como protagonistas, compartilhando suas histórias, saberes e culturas, enriquece a formação dos estudantes universitários e tensiona visões estereotipadas sobre migração, contribuindo para a desconstrução de preconceitos.

A articulação em rede (universidade, poder público, organizações da sociedade civil, escolas) é condição para a sustentabilidade e a capilaridade das ações extensionistas em contextos de alta complexidade.

A curricularização da extensão, quando bem planejada, permite que a pauta migratória seja transversalizada na formação dos estudantes, independentemente de sua área, formando profissionais mais sensíveis e preparados para atuar em contextos de diversidade.

O impacto de um programa como o TARIN não se mede apenas pelo número de pessoas atendidas, mas pela capacidade de transformar estruturas nas escolas, nas políticas públicas e na própria universidade tornando-as mais permeáveis à diversidade e ao diálogo intercultural.

